

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021**

1 No dia dezoito do mês de novembro de 2021, às 10h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas  
2 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 8ª Reunião  
3 Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico, não presencial, via plataforma de  
4 videoconferência, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1- Apresentação e leitura da**  
5 **pauta; 2 - Aprovação de inscrição para preenchimento de vaga de membro representante**  
6 **do segmento Usuários - FURNAS; 3- Apresentação do INEA sobre o Planos de**  
7 **Contingência e Emergência das Indústrias e todas as condicionantes de todas as**  
8 **empresas existentes na bacia do Guandu; 4 – Apresentação sobre os Planos de Ação e**  
9 **Emergência das Indústrias em sua totalidade, referente à região do Polo Industrial de**  
10 **Queimados; 5 – Apresentação Projeto Lixo Fora D’água e 6 - Assuntos Gerais.** O  
11 coordenador, Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) cumprimentou a todos e deu início à reunião e  
12 solicitou à Secretaria Executiva que fizesse a leitura do item de pauta. **Item 1** – A Secretaria  
13 Executiva fez a leitura da pauta, como não tiveram manifestações, seguiu para o próximo item.  
14 **Item 2** – Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou à Secretaria Executiva se havia mais alguma  
15 Instituição pleiteando vaga além de FURNAS. A Secretaria Executiva informou que FURNAS  
16 havia enviado a inscrição de vaga dentro do prazo solicitado, e na semana desta reunião havia  
17 recebido um ofício para a inscrição de vaga da CEDAE. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou  
18 se havia algum representante da CEDAE presente na reunião. A Secretaria Executiva informou  
19 que não havia nenhum representante da CEDAE, somente de FURNAS, e lembrou que no  
20 segmento Usuários havia somente duas vagas preenchidas e que a Câmara Técnica possuía  
21 quatro vagas em cada segmento, e que duas vagas estariam em aberto neste segmento.  
22 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou à Secretaria Executiva se as documentações tinham  
23 sido verificadas dos dois solicitantes e que a oficialização dentro da Câmara Técnica demandaria  
24 a presença do representante fisicamente ou se poderiam considerar o envio do ofício. A  
25 Secretaria Executiva informou que não havia regras, porque a Constituição da Câmara Técnica  
26 tinha sido feita num primeiro momento e a vacância tinha sido informada, que então as  
27 instituições interessadas teriam que enviar ofício e tendo mais inscritos do que vagas, os  
28 representantes presentes poderiam defender sua vaga. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) solicitou  
29 à Secretaria Executiva que pesquisasse na Resolução como estaria essa questão para que  
30 pudessem ter um embasamento com mais segurança sobre a decisão da oficialização. A  
31 Secretaria Executiva fez a leitura da resolução 147. Após a leitura Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)  
32 falou que de qualquer maneira teriam duas vagas e dois solicitantes de Usuários, e como seria  
33 o segmento dos Usuários, achava que seria interessante, que considerassem a chamada dos  
34 Usuários e a aceitação da entrada desses dois membros. Sabina Campagnani (FURNAS)  
35 apresentou o Thiago Chagas de Oliveira (FURNAS), que seria o representante de FURNAS  
36 nesta Câmara Técnica, e que teria um interesse especial na área de saneamento. Thiago  
37 Chagas de Oliveira (FURNAS) agradeceu a oportunidade e disse que procuraria contribuir com  
38 o que fosse necessário. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) convocou Douglas Francisco (FCCSA)  
39 que era o único representante presente no segmento de Usuário para fazer uma consideração  
40 em relação a entrada de FURNAS no segmento de Usuários. Douglas Francisco (FCCSA)  
41 informou não haver nenhum problema quanto à entrada de mais representantes no segmento  
42 Usuários. Em seguida, Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou a Thiago Chagas de Oliveira  
43 (FURNAS) se haveria alguma objeção quanto à entrada da CEDAE, uma vez que não havia  
44 naquele momento nenhum representante presente. Thiago Chagas de Oliveira (FURNAS) disse  
45 não haver problema algum, que estaria de acordo. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) falou então,  
46 que com base no Regimento e na Resolução que direcionava a Câmara Técnica de Saneamento  
47 Básico, poderiam considerar que o segmento Usuário havia sido completado com a entrada de  
48 FURNAS e da CEDAE e solicitou à Secretaria Executiva que passassem para o próximo item.  
49 **Item 3** – A Secretaria Executiva informou que o representante do INEA, Rodrigo Bianchini não  
50 estava presente para fazer a apresentação. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou se haviam  
51 enviado alguma justificativa em relação a essa solicitação. A Secretaria Executiva informou que

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021**

52 havia enviado e-mail e copiado, inclusive o Rodrigo Bianchini, mas que não haviam obtido  
53 retorno. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) propôs que fizessem um e-mail convidando-os  
54 novamente no momento oportuno, e solicitou à Câmara Técnica se poderiam deixar essa  
55 apresentação para a próxima reunião e perguntou se haveria alguma objeção em relação ao  
56 proposto. Todos concordaram. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socio Ambiental) pediu a fala e  
57 disse que em relação à fala do Bruno Campos (IDC) pelo chat, “gostaria que ficasse registrado  
58 que não havia representante da CEDAE, lembrando que a CEDAE foi excluída justamente por  
59 não participações”, se possível que fosse respondida essa questão, porque a própria instituição  
60 não estava participando. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) respondeu dizendo que o procedimento  
61 na reunião seria de inclusão e não de exclusão, que haviam seguido Regimento, que orientava  
62 que a instituição enviasse ofício e havia sido enviado, e que a não participação seria uma outra  
63 demanda do Regimento, que seria o registro de ausência. Douglas Francisco (FCCSA) pediu  
64 fala, dizendo que seria a respeito de seguirem o horário das reuniões, porque já havia sido falado  
65 em algum momento, e que acreditava que todos teriam suas demandas, seus compromissos e  
66 assim no seu ponto de vista, estava ficando um pouco complicado, que em todas reuniões  
67 estavam começando fora do que haviam proposto, que pensassem no coletivo, nos outros  
68 membros como forma de atenderem a todos. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) disse que ele tinha  
69 toda razão, como ele mesmo tinha outras demandas, e todos que estavam na reunião também,  
70 então que tentassem cumprir a pauta dentro do horário previsto, e pediu que as falas fossem  
71 breves e dentro do contexto da pauta e agradeceu a contribuição. **Encaminhamento 1: Ficou  
72 para a próxima reunião da CTSB, o Item 3 “Apresentação do INEA sobre o Planos de  
73 Contingência e Emergência das Indústrias e todas as condicionantes de todas as  
74 empresas existentes na bacia do Guandu”.** A Secretária Executiva informou que a  
75 representante da apresentação “Projeto lixo fora d’água” ainda não havia ingressado na reunião  
76 e como a Andreia Loureiro da Prefeitura de Queimados estava presente, sugeriu que adiantasse  
77 a apresentação do Município de Queimados, e que continuariam tentando contactar com a  
78 representante do projeto lixo fora d’água. **Item 4 –** Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) leu o item da  
79 pauta e pediu para fazer uma breve contextualização, que esse item de pauta, vinha de uma  
80 demanda de uma das reuniões desta Câmara Técnica, que havia sido solicitado pelo  
81 representante do IDC e colocado em aprovação nesta Câmara e todos haviam aprovado para  
82 que houvesse uma apresentação por parte da Secretária de Meio Ambiente de Queimados sobre  
83 os planos de ação e emergência das indústrias em sua totalidade referente a região do polo  
84 industrial de Queimados, então tinha sido feita uma primeira convocatória para Secretária de  
85 Meio Ambiente de Queimados, e a secretária Andreia Loureiro não havia conseguido  
86 comparecer devido a outros compromissos e que estaria retornando nesta reunião com o  
87 segundo o convite, para fazer a apresentação em relação às demandas que ela tinha dentro da  
88 secretaria dela. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) cumprimentou a todos e se apresentou  
89 dizendo que atualmente estaria como Secretária de Ambiente e Defesa dos Animais no  
90 Município de Queimados, e no meio de toda essa questão, vinham sempre discutindo dentro do  
91 Guandu a questão da época da crise hídrica da qualidade da água, da proliferação da geosmina,  
92 e que o Município de Queimados havia ficado muito em evidência naquela época tanto pelas  
93 questões da falta de tratamento de esgoto na região, tanto pela questão do Distrito Industrial que  
94 ficava mais ou menos a seis quilômetros da estação de tratamento de água do Guandu, e logo  
95 em seguida deu início à apresentação sobre os planos de ação e emergência das indústrias em  
96 sua totalidade referente a região do polo industrial de Queimados, e informou que o Município  
97 de Queimados estaria 100% (cem por cento) dentro da Bacia do Rio Guandu, mais  
98 especificamente na unidade hidrológica de planejamento seis, que seria uma área prioritária  
99 tanto para as questões de tratamento de esgoto quanto também pelas questões do despejo e  
100 da proliferação de efluentes industriais sanitários, e que essa unidade hidrológica englobaria os  
101 três municípios da Bacia, Japeri, Nova Iguaçu e Queimados, que seria uma unidade hidrológica  
102 de planejamento prioritária, porque ela lançava os seus efluentes na sua totalidade e uma parte

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021**

103 em Nova Iguaçu, mas Japeri e Queimados lançavam na lagoa do Guandu, onde teriam a  
104 captação da Eta Guandu, e que essas teriam maior poder de diluição, porque vinham de um  
105 corpo hídrico onde o poder de diluição seria um pouco maior, então acabaria caindo dentro da  
106 Lagoa, de um ambiente mais lântico, que agravaria mais ainda a situação dessa região, então  
107 talvez fosse por essa questão toda, que a CTSB teriam os convocados para estarem fazendo  
108 uma apresentação, mas que deixaria claro que atualmente não existia nenhum plano de ação  
109 emergencial do distrito e das empresas, e que se existisse ainda não tinha essa informação, e  
110 iria mostrar como havia tratado essa apresentação e informou que estaria na gestão há onze  
111 meses à frente Secretaria junto com o Prefeito Glauco Kaizer e que iria apresentar um pouco da  
112 atuação dentro do distrito, e que uma das suas maiores prioridades dentro da secretaria seria a  
113 questão do tratamento de esgoto e a questão do Distrito Industrial também, porque sabia muito  
114 bem da problemática da região e que nesse contexto não possuíam um plano de ação do distrito  
115 nem das empresas especificamente, então que nesse primeiro momento estariam fazendo um  
116 diagnóstico de todas as empresas. Informou sobre a fiscalização do Distrito Industrial, quando  
117 teria sido criada e sobre a implantação e gestão que seriam feitas pela CODIN, informou também  
118 sobre a sua localização e que atualmente o Município de Queimados dependia bastante desse  
119 Distrito Industrial, porque a maioria dos empregos diretos e indiretos vinham do Distrito Industrial  
120 de Queimados, e que este seria responsável por 70% (setenta por cento) do PIB da cidade e  
121 que 80% (oitenta por cento) dos trabalhadores seriam da cidade. Informou sobre o controle  
122 ambiental e as ações de fiscalização, que estariam fazendo no Distrito Industrial um diagnóstico  
123 de todas as indústrias que haviam no Distrito, e que dentro de seus planejamentos, teriam  
124 licenças das empresas, que atualmente teriam 27 (vinte e sete) empresas operando. Apresentou  
125 uma tabela com esse diagnóstico, e acrescentou que teriam uma minuta de protocolo de  
126 intenções e uma minuta de acordo com a cooperação técnica com o Governo do Estado para  
127 implantar o Programa Alga no Município de Queimados. Iniciou a fala sobre o Programa ALGA  
128 (Programa de Acompanhamento de Licenças da Região Guandu E Adjacências) e parabenizou  
129 o INEA pela ideia de lançar esse programa e que teria surgido por uma recomendação ministerial  
130 que focaria na integração entre os órgãos ambientais para fiscalização e seria um programa  
131 muito interessante, porque focaria basicamente nas questões dos efluentes sanitário e industrial  
132 da Região Hidrográfica II Guandu, e fez uma observação muito importante informando que no  
133 momento estariam vivendo dessa cooperação entre os órgãos ambientais, e que existia uma  
134 parceria muito grande com os Municípios, com o Ministério Público e que em várias reuniões  
135 tinham sido discutidos estes protocolos de intenções, o acordo de cooperação técnica que  
136 estaria visando a fiscalização e controle ambiental do Distrito Industrial do Município de  
137 Queimados, e ainda não haviam definido que instrumento estariam assinando, e o mais  
138 importante seria que já estariam atuando em conjunto, o Município de Queimados com o INEA  
139 e a Deca Vale, e lembrou que nem todas as indústrias seriam licenciadas pelo Município de  
140 Queimados, algumas seriam licenciadas pelo INEA, por isso que essa parceria conjunta entre  
141 as duas e os dois órgãos ambientais. Apresentou o programa os objetivos gerais do Programa  
142 ALGA, informando que o INEA através deste programa, fazia a fiscalização e depois fazia  
143 reuniões periódicas com os técnicos para discutirem o que havia sido feito na fiscalização, e que  
144 também contemplariam o curso para todos os técnicos dos Municípios envolvidos no programa  
145 ALGA. Logo depois, apresentou o slide dos empreendimentos do Distrito Industrial de  
146 Queimados e informou que na última coluna da tabela falava do sanitário e industrial, que seriam  
147 as empresas que já teriam sido feito todos os diagnósticos, e que teriam 27 (vinte e sete)  
148 empresas com licença ambiental e que após o diagnóstico completo, esse número tenderia a  
149 aumentar, porque já estariam verificando outras empresas que estariam operando sem licença  
150 e obviamente já estariam paralisadas. Informou que o ALGA seria bem focado nos efluentes  
151 sanitários e industrial e que a grande maioria das empresas atualmente existentes no Distrito  
152 Industrial, que muitas produziam efluentes sanitários, poucas de industrial e que boa parte  
153 dessas poucas industrial não faziam tratamento na planta. Então, atualmente estavam fazendo

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021**

154 o controle dessas empresas. E uma outra coisa que a equipe estaria focando seria na questão  
155 do Procon água, que seria um programa do Estado, visando a qualidade do lançamento dos  
156 efluentes em padrões que a legislação exigiria, vinculando essas empresas ao Procon água, que  
157 seria fundamental, porque ele teria que gerar relatórios periódicos das análises de efluente, e  
158 informou que essa seria uma parte muito importante da fiscalização e que iria gerar  
159 diagnóstico. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socio Ambiental) solicitou a fala e fez algumas  
160 perguntas e argumentações à Andreia Loureiro (P.M. Queimados). Perguntou quantas  
161 empresas até momento não estariam cumprindo o que havia sido assinado nas condicionantes  
162 da licença e se utilizariam algum tipo de produto como havia sido utilizado em uma época por  
163 alguns negociadores ambientais, que jogariam um produto verde para constatar que os efluentes  
164 estariam indo para fora para estação, se teriam sido feita esse tipo de análise. Andreia Loureiro  
165 (P.M. Queimados) respondeu a primeira pergunta dizendo que somente uma empresa, que seria  
166 a Eco Pak não possuiria estação de tratamento de efluentes na época da licença e nem para  
167 desinstalação, mas que atualmente eles teriam tratamento na planta, e respondeu a segunda  
168 pergunta dizendo que que atualmente o Município de Queimados não teria como fazer esse tipo  
169 de atuação, porque não possuiriam esse produto, mas que seria uma das próximas etapas do  
170 Programa ALGA, que fariam a capacitação dos técnicos dos municípios para que estivessem  
171 atuando dessa forma, dentro do Distrito Industrial de Queimados. Gilvoneick de Souza  
172 (Defensoria Socio Ambiental) finalizou dizendo que estaria encaminhando ofício porque gostaria  
173 muito de obter essas informações e por último perguntou se a Prefeitura de Queimados, assim  
174 como outras que iriam receber uma quantia significativa por conta da privatização da CEDAE e  
175 se Andreia Loureiro teria alguma informação se esses recursos seriam investidos em  
176 saneamento. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) respondeu que já haviam recebido a primeira  
177 parcela, mas que esse recurso teria uma rubrica bem ampla, mas que não iriam focar esses  
178 recursos para instalação de rede de coleta, porque as empresas teriam que fazer isso dentro  
179 de seus planejamentos, e informou que esses recursos poderiam ser investidos em infraestrutura  
180 urbana. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) fez um questionamento que havia surgido de um membro  
181 sobre a questão do Procon água, sobre essa questão específica que a entidade da sociedade  
182 civil teria acesso em um site exclusivo sobre essa questão, e pediu que se algum membro da  
183 Câmara Técnica pudesse consolidar sua fala de uma forma bem geral para que não houvessem  
184 dúvidas a respeito desse questionamento, que poderia ter sido uma informação não concluída  
185 do representante do INEA. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) informou que nem todos teriam  
186 acesso, que atualmente os municípios através do programa ALGA possuiriam um passaporte de  
187 acesso que dariam direito a três técnicos de verificarem quais empresas possuíam ou não o  
188 Procon água e também verificariam todos os relatórios que estariam anexados nessas empresas  
189 e ressaltou que nem todas as empresas teriam o Procon água, que seria uma grande dúvida dos  
190 técnicos, que a partir de quanto de volume de efluente gerado seria necessário para que uma  
191 empresa estivesse vinculado ao Procon água e que o INEA poderia explicar melhor sobre essa  
192 questão. Luiz Fernando Lisboa Jupy (FIRJAN) perguntou se o Procon Água estaria definido  
193 como condicionante das licenças municipais. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) informou que  
194 quando a empresa é licenciada pelo Procon água, ela já teria uma estação de tratamento de  
195 efluentes, dessa forma na condicionante já teria que cumprir o novo Procon água, inclusive já  
196 informando a periodicidade da entrega do relatório RAI, que seria um relatório de análise das  
197 águas, que seria colocado na condicionante mensalmente ou quinzenalmente, e que algumas  
198 indústrias de produtos químicos fariam seus relatórios semanalmente e que tudo isso já viria na  
199 condicionante. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) informou que seria uma forma de controle, e o  
200 órgão ambiental estaria sendo muito eficiente nesse ponto. Bruno Campos (IDC) disse que a  
201 questão do Procon água não havia ficado muito claro, o porquê de tanto sigilo, mas que o INEA  
202 poderia explicar melhor e um outro ponto seria sobre a ausência de um plano de ação, se existiria  
203 alguma previsão, orçamento da privatização da CEDAE, que poderia ser usado nesse plano.  
204 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) afirmou que não existia nenhuma previsão e que atualmente

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021

205 falando da nova concessionária, que existiria um plano metropolitano regionalizado, e que o  
206 Município de Queimados não possuiria um plano de saneamento básico mas que teriam uma  
207 área da malha urbana e a implantação e gestão do Distrito de Queimados seriam feitas pela  
208 CODIM (Companhia Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro), e que seria  
209 interessante que o Guandu e todos fomentassem e a CTSB desse início à essa questão também.  
210 Bruno Campos (IDC) comentou sobre apresentação que havia entendido que o Município estaria  
211 numa fase de diagnóstico de levantamento das 27 (vinte e sete) empresas e que teria sido  
212 enaltecido um TAC, qual seria esse recorte e se tinha data. Andreia Loureiro (P.M. Queimados)  
213 respondeu que haviam aplicado um único TAC até momento no Município de Queimados, por  
214 ainda estarem na fase de diagnósticos e também por terem uma equipe bem reduzida de  
215 técnicos, que teria sido em uma empresa que seria licenciada e que estaria fazendo uma  
216 expansão, mas que esse procedimento não seria tão simples, tinha toda uma tramitação, que  
217 quando fosse detectado a irregularidade, as atividades daquela empresa seriam paralisadas,  
218 teria todo um processo de aplicação de multa, algumas vezes o empreendedor solicitava a  
219 conversão da multa, e que o técnico faria um relatório para a valoração do dano para assim  
220 formalizar o TAC. Bruno Campo (IDC) fez uma última pergunta, da dificuldade de fiscalização do  
221 Município pelo reduzido corpo, se teriam alguma chance de atuação em parceria com o Estado  
222 para uma melhor fiscalização. Andreia Loureiro (P.M. Queimados) disse que já estariam fazendo  
223 essa fiscalização através do programa ALGA, em conjunto com a equipe do pós licenciamento  
224 e que teriam uma relatório padronizado. Marcus Lima (GUEST - Assessor Jurídico da P.M.  
225 Queimados) informou que estava dando uma Assessoria Jurídica ao Município de Queimados,  
226 e que estariam criando todo um procedimento para o que normalmente os órgãos ambientais  
227 não costumavam exigir, que seria recuperação de dano ambiental, complementando o que a  
228 Andreia Loureiro havia discursado, que já havia sido criada uma legislação específica sobre  
229 compensação ambiental, para a valoração desses danos causados por efluentes que seriam  
230 lançados nos cursos d'água. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) considerou a importância da  
231 valoração dos danos ambientais e disse que haviam ampliado o conhecimento de todos na  
232 reunião em relação a essa demanda, de legislação, multa, e que entendia que a multa seria um  
233 processo administrativo punitivo, mas que seria uma forma de viabilizar uma reparação ao meio  
234 ambiente de uma forma eficaz e perguntou à Marcus Lima se gostaria de fazer mais alguma  
235 consideração. Marcus Lima (GUEST - Assessor Jurídico da P.M. Queimados) concluiu que  
236 achava interessante que o Comitê de Bacia apoiasse essa iniciativa como uma forma de garantir  
237 a continuidade desse projeto. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu e concluiu que estariam  
238 nesta mesma linha, que estariam vivenciando um novo momento da gestão ambiental no Estado  
239 do Rio de Janeiro, e que seria muito prepositivo, e que estariam gratos com a atual gestão da  
240 Secretaria Meio Ambiente e do próprio INEA que estariam trabalhando juntamente com a  
241 Câmara Técnica buscando uma melhoria na qualidade ambiental dos territórios. Gilvoneick de  
242 Souza (Defensoria Socio Ambiental) solicitou que se fosse possível que encaminhasse os  
243 materiais da apresentação da Andreia Loureiro, e um outro ponto que o Comitê pudesse  
244 pressionar junto ao Ministério Público a obrigação do Procon água dar publicidade do que seria  
245 público, porque quando uma empresa jogasse efluente no corpo hídrico que afetasse a  
246 coletividade ele desse publicidade. Douglas Francisco (FCC SA) fez um questionamento sobre  
247 como estariam sendo feitas as auditorias das inadimplências das licenças das condicionantes.  
248 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) respondeu que a grande maioria das condicionantes não  
249 contemplariam a entrega dos relatórios de auditoria. Mario Amaro (P.M. Piraí) apontou a  
250 dificuldade que as demandas teriam na questão do licenciamento e fiscalização, e solicitou ao  
251 Comitê um auxílio na questão de capacitação de nivelamento para demanda de especialização  
252 de aprimoramento técnico. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu à Andreia Loureiro (P.M.  
253 Queimados) pela apresentação que teria sido bem esclarecedora e de muito conhecimento.  
254 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) agradeceu a todos. **Item 5** – Ana Paula (ICIMA - Projeto Lixo  
255 Fora D'água) cumprimentou a todos e começou falando que eram uma Instituição de

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021**

256 Cooperação Internacional para o meio ambiente e que o Projeto Lixo Fora D'água estaria  
257 inserido nesta instituição, e que o objetivo desta Instituição seria desenvolver a cooperação  
258 internacional para apoiar a iniciativa da preservação e conservação do meio ambiente, dos  
259 recursos naturais e do desenvolvimento sustentável e que o projeto teria sido finalizado em junho  
260 deste ano. O Projeto Lixo Fora D'água que fica na Baía da Ilha Grande havia começado em  
261 parceria com a ABRELPE (Associação Nacional de Empresas de Resíduos Sólidos) e foi  
262 desenvolvido com o apoio da agência da Suécia e também em parceria com três Prefeituras  
263 (Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba) e que havia passado por três etapas: a primeira tinha  
264 sido feito um diagnóstico das fontes de poluição marinha por resíduos; a segunda uma planilha  
265 de coleta de dados sobre a questão de resíduos sólidos nas três prefeituras e a terceira seria a  
266 coleta de amostragem de resíduos sólidos nas três prefeituras, para que fosse feito um  
267 diagnóstico da situação da contaminação do mar na região da Baía da Ilha Grande. Informou  
268 que o Projeto Lixo Fora D'água seria apresentado no evento "Não Descarte o Planeta", na CIR  
269 SOL - I Conferência Internacional de Resíduos Sólidos, em Recife/PE, entre os dias 16 à 18 de  
270 março de 2022, e que disponibilizaria a programação do evento, e o legado que deixaria com  
271 esse evento seria uma carta compromisso, onde estariam reunidos nesse evento a sociedade  
272 civil, o setor público, setor privado, academia, os organismos internacionais para que pudessem  
273 avançar na temática de resíduos e que iriam criar um observatório de resíduos sólidos que  
274 acompanhariam os compromissos assumidos neste evento e pretendiam que esse evento  
275 acontecesse a cada dois anos em estados diferentes. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu  
276 pela apresentação e falou que o Comitê também estaria nessa temática do combate ao lixo ao  
277 mar que teriam uma Baía que fazia parte da Região Hidrográfica II que teriam problemas graves  
278 em relação aos resíduos e que o projeto Lixo Fora d'água se encaixaria muito bem na Região  
279 Hidrográfica II. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socio Ambiental) falou que para se discutir o  
280 lixo fora d'água teriam que primeiro discutir a produção de polímeros, e se fosse reciclável não  
281 teríamos tanto lixo jogado na rua, e que as praias no Rio de Janeiro estariam todas  
282 contaminadas, seriam por esgotamento sanitário ou por material plástico flutuante, e sugeriu que  
283 mudassem o foco para primeiro a verificação da produção de polímeros. Ana Paula (ICIMA -  
284 Projeto Lixo Fora D'água) disse que entendia e concordava com toda a questão por ele  
285 apresentada que já haviam verificado que em muitos eventos essa questão não tinha sido  
286 avançada nessa temática e que o propósito seria reunir todos, a sociedade civil, academia,  
287 instituições internacionais para assumirem um compromisso e além disso criarem um  
288 observatório de resíduos sólidos no Brasil e colocarem setores da sociedade para acompanhar  
289 o cumprimento desses compromissos e que por isso teriam uma constância do evento para que  
290 acontecesse a cada dois anos, para que o evento posterior possa prestar contas para a  
291 sociedade e que existia há onze anos uma lei de resíduos que haviam tido poucos avanços no  
292 cumprimento desta lei e que o objetivo deste projeto seria dar um basta a fim de conseguirem  
293 avançar na problemática, combatendo o lixo no mar. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) informou que  
294 toda essa proposta que havia sido apresentada sobre os polímeros, ele também entendia, mas  
295 que no momento a discussão não seria essa, que estariam falando de resíduos físicos que  
296 acabaria indo parar no mar, e que a introdução com o projeto lixo fora d'água seria justamente  
297 dar uma sequência na Câmara Técnica para terem outras apresentações a respeito desse tema.  
298 Thiago Chagas de Oliveira (FURNAS) solicitou se havia dados sobre quantidades, volumes,  
299 valores no projeto, se havia uma mensuração da quantidade de lixo que teria sido removido, por  
300 campanha ou por ano em alguma unidade para que fosse usado como comparativo quanto os  
301 polímeros que estariam indo para a região citada. Ana Paula ((ICIMA - Projeto Lixo Fora D'água)  
302 informou que o objetivo do projeto seria identificar quais seriam os resíduos que poderiam ser  
303 encontrados na Baía da Ilha Grande e não quantificar, e em seguida fariam um Plano Regional  
304 de combate ao lixo no mar, e que já estariam nessa fase do Plano Regional de combate ao lixo  
305 no mar. Gilvoneick de Souza (Defensoria Socio Ambiental) solicitou que a apresentação fosse  
306 disponibilizada e agradeceu. A Secretaria Executiva informou que todas as apresentações

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – CTSB  
18.11.2021**

307 estariam no novo site do Guandu no link de materiais. Bruno Campos (IDC) voltou no ponto do  
308 item 2 sobre a inclusão da CEDAE no segmento de usuários, dizendo que a mesma havia sido  
309 excluída na reunião anterior por falta de presença, e que havia sido aceita novamente sua  
310 inscrição cumprindo o estatuto, que entendia, mas que gostaria de deixar registrado que numa  
311 próxima vez que a sociedade não estivesse presente que cumprisse o estatuto, e não abrisse  
312 votação, porque três ausências já seria exclusão automática conforme rege o estatuto. Marcelo  
313 Danilo (ANAGEA/RJ) informou que esse seria um procedimento que já vinha sendo utilizado  
314 dentro do Comitê e que havia sido replicado em consideração a esse procedimento, e que havia  
315 sido utilizado inclusive na Instituição IDC com a entrada do Bruno Campos, mas que o novo  
316 Regimento Interno estaria sendo reestruturado e que estaria constando esse dado. Bruno  
317 Campos (IDC) levantou a questão sobre a falta de acesso à informação do Procon água, e  
318 sugeriu que fosse feita a inclusão desse item na próxima pauta. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)  
319 informou que quando o INEA fizesse a apresentação do Procon água que Bruno Campos (IDC)  
320 questionasse sobre esse assunto. **Item 6** – Como não houveram manifestações quanto à  
321 assuntos gerais, o Coordenador Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu a presença de todos,  
322 e encerrou a reunião às 12h22min. Eu, Cláudia Jacob da Costa Vasconcelos, tomei a termo esta  
323 ata que segue assinada por:  
324

325

---

**Marcelo Danilo da Silva Bogalhão**  
**(ANAGEA/RJ /RJ)**  
**Coordenador CTSB**

---

**Mário Luiz Dias Amaro**  
**(P.M. Piraí)**  
**Subcoordenador CTSB**

326

327

328 **Presentes:** Douglas Francisco (FCC SA); Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ/RJ); Bruno Campos  
329 (IDC); Karina Alencar (ABES); Mario Amaro (P.M. Piraí); Ronald Gontijo (P.M. Mendes); Saulo  
330 Azevedo (P.M. Miguel Pereira).

331

332 **Convidados:** Tatiana Bastos (IDC); Gilvoneick de Souza (Defensoria SocioAmbiental); Adriane  
333 Sales (P.M. Seropédica); Ana Paula ((ICIMA - Projeto Lixo Fora D'água); Luiz Fernando Lisboa  
334 Jupy (FIRJAN); Thiago Chagas de Oliveira (FURNAS); Andreia Loureiro (P.M. Queimados);  
335 Sabina Campagnani (FURNAS); Marcus Lima (GUEST - Assessor Jurídico da P.M. Queimados);  
336 Juliana Borges; Elisangela; Fátima Rocha (AGEVAP); Cláudia Vasconcelos (AGEVAP) e Maria  
337 Adelaide (AGEVAP).